

Exame de Qualificação - Despachante Aduaneiro - Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil - RFB

EXAME DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO DE DESPACHANTE ADUANEIRO

Prova Modelo 1

Exame de Qualificação Técnica para o exercício da
profissão de Despachante Aduaneiro

Turno: Manhã

LÍNGUA PORTUGUESA

Para responder grande parte das questões de Língua Portuguesa, leia o texto abaixo.

Governo apreendeu mais de R\$ 2 bilhões em contrabando nos últimos 3 anos

O governo federal apreendeu cerca de R\$ 2,3 bilhões em produtos contrabandeados entre 2023 e 2025, segundo dados da Receita Federal. Ao todo, foram _____ mais de 58 mil apreensões e 38 mil autuações, envolvendo pessoas físicas e empresas, no período. A maior parte das apreensões ocorreu nos estados de Mato Grosso do Sul (MS) e Paraná (PR). O MS faz fronteira com Bolívia e Paraguai, enquanto o PR é vizinho de Paraguai e Argentina, países que integram rotas conhecidas de contrabando. Somados, os dois estados responderam por mais de R\$ 1,4 bilhão em mercadorias ilegais apreendidas.

O cigarro liderou o ranking de itens contrabandeados no Brasil no período, com apreensões que somaram R\$ 848 milhões. Na sequência, aparecem os telefones celulares (R\$ 485,8 milhões), os eletrônicos (R\$ 172,5 milhões) e os produtos de informática (R\$ 116,9 milhões). Em menor escala, também _____ apreensões de bebidas alcoólicas, perfumes, roupas e agrotóxicos, produtos que prejudicam os cofres públicos ao entrarem no país sem o pagamento de impostos. A maior parte dessas operações de contrabando ocorre justamente nas fronteiras com países onde os preços são mais baixos. O objetivo é driblar a legislação brasileira, sonegar tributos e obter lucro com a revenda no mercado interno.

As ações de fiscalização e repressão são realizadas por órgãos como a Receita Federal, Polícia Federal e polícias estaduais. As Forças Armadas, Marinha, Exército e Aeronáutica, também atuam nessas operações, especialmente no apoio logístico e em atividades de inteligência nas regiões de fronteira. Algumas apreensões envolvem valores milionários. A maior registrada no período foi de R\$ 38,7 milhões, referente _____ uma carga de agrotóxicos que seria introduzida ilegalmente no país.

Veja abaixo os produtos mais contrabandeados no Brasil entre 2023 e 2025:

Cigarros: R\$ 848 milhões; Telefones celulares: R\$ 485,8 milhões; Itens não listados: R\$ 271,1 milhões; Eletrônicos: R\$ 172,5 milhões; Informática: R\$ 116,9

milhões; Bebidas: R\$ 80,5 milhões; Agrotóxicos: R\$ 55,7 milhões; Vestuários: R\$ 55 milhões; Óculos: R\$ 48,4 milhões e Perfumes: R\$ 35,8 milhões.

Fonte: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/governo-apreendeu-mais-de-r-2-bilhoes-em-contrabando-nos-ultimos-3-anos/> (adaptado).

1) Qual alternativa preenche, CORRETA e respectivamente, as lacunas presentes no texto?

(A) realizados; houveram; à.

(B) realizadas; houveram; a.

(C) realizadas; houve; a.

(D) realizados; houve; a.

(E) realizadas; houve; à.

2) O texto destaca dados quantitativos e geográficos das apreensões de contrabando no Brasil entre 2023 e 2025. Com base nas informações apresentadas, analise as partes que seguem:

(1ª parte): Mato Grosso do Sul e Paraná foram os estados que concentraram os maiores valores de mercadorias apreendidas.

(2ª parte): O Paraguai, a Bolívia e a Argentina são países citados como fronteiriços e envolvidos em rotas de contrabando.

(3ª parte): As ações de repressão foram realizadas, estrategicamente, apenas pela Receita Federal, sem participação de outras instituições.

(4ª parte): As Forças Armadas colaboram nas operações, oferecendo suporte logístico e de inteligência.

Das partes, pode-se afirmar que:

(A) Somente a 4ª parte não está correta.

(B) Somente a 3ª parte não está incorreta.

(C) A 1ª, a 2ª, a 3ª e a 4ª partes estão corretas.

(D) Somente a 1ª e a 2ª partes não estão corretas.

(E) Somente a 1ª, a 2ª e a 4ª partes não estão incorretas.

3) O texto da CNN Brasil apresenta dados e instituições envolvidas nas ações de combate ao contrabando, a partir de informações oficiais. Com base nas informações do texto, analise as assertivas:

I. As apreensões de contrabando somaram mais de cinquenta mil ocorrências e envolveram tanto pessoas físicas quanto empresas.

II. O total de autuações ultrapassou o número de apreensões realizadas no mesmo período.

III. O valor da maior apreensão individual registrada foi superior a R\$ 30 milhões.

Está(ão) CORRETA(S):

- (A) I, II e III.
- (B) Apenas I.
- (C) Apenas II.
- (D) Apenas I e III.
- (E) Apenas II e III.

4) O texto utiliza diversos numerais para expressar dados estatísticos e valores monetários, reforçando o caráter informativo da notícia. No trecho do texto **Somados, os dois estados responderam por mais de R\$ 1,4 bilhão em mercadorias ilegais apreendidas**, há, no total, _____ vocábulo(s) classificado(s) como numeral(is), sendo classificado(s) como _____.

Qual alternativa preenche, CORRETA e respectivamente, as lacunas?

- (A) um; cardinal.
- (B) dois; ordinais.
- (C) dois; cardinais.
- (D) um; fracionário
- (E) dois; multiplicativos.

5) O trecho do texto **O governo federal apreendeu cerca de R\$ 2,3 bilhões em produtos contrabandeados entre 2023 e 2025, segundo dados da Receita Federal** contém vocábulos que pertencem a diferentes classes gramaticais, compondo uma estrutura típica de texto informativo. Com base nas classificações das palavras destacadas, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) **O** é artigo definido que determina o substantivo **governo**.
- (B) **federal** é adjetivo que qualifica o substantivo **governo**.
- (C) **entre** é preposição que indica limite temporal no trecho **entre 2023 e 2025**.
- (D) **cerca** funciona como advérbio de intensidade, modificando o verbo **apreendeu**.
- (E) **e** atua como conjunção coordenativa aditiva, ligando dois termos de mesma função sintática.

6) A palavra **que** é uma das mais versáteis da língua portuguesa, podendo exercer distintas funções sintáticas e pertencer a diferentes classes gramaticais, conforme o contexto. Nesse sentido, considerando seu contexto em ocorrência no trecho

do texto **apreensões que somaram R\$ 848 milhões**, assinale a alternativa que apresenta a classificação CORRETA do termo no referido contexto.

- (A) Pronome relativo.
- (B) Partícula expletiva.
- (C) Preposição acidental.
- (D) Conjunção integrante.
- (E) Pronome interrogativo.

7) O texto jornalístico utiliza diferentes tempos e modos verbais para expressar ações passadas e presentes, conforme a função informativa de cada trecho. Nesse contexto, acerca de verbos utilizados no texto, analise as assertivas e julgue V, para as verdadeiras, e F, para as falsas:

() O verbo **Veja**, presente no texto, está no modo imperativo afirmativo, empregado para exprimir uma ordem ou convite ao leitor.

() O verbo **apreendeu**, presente no texto, encontra-se no pretérito perfeito do indicativo, indicando uma ação concluída no passado.

() O verbo **responderam**, presente no texto, está no pretérito imperfeito do indicativo, pois expressa uma ação habitual ou contínua.

- (A) V – V – F.
- (B) F – V – F.
- (C) F – F – V.
- (D) V – F – V.
- (E) V – V – V.

8) No trecho do texto **ao entrarem no país sem o pagamento de impostos**, a palavra **sem** possui determinada classe gramatical, estabelecendo relação de sentido entre os termos **entrar** e **pagamento**, com valor de ausência. Com base nessa ocorrência, assinale a única alternativa em que a palavra destacada também possui a mesma classe gramatical de **sem**.

- (A) Os produtos foram avaliados **cuidadosamente** pelos peritos.
- (B) O valor total apreendido foi **enorme**, segundo o relatório.
- (C) A carga ilegal foi encontrada **ontem** na região de fronteira.
- (D) O governo federal **atuou** rapidamente na repressão ao contrabando.
- (E) As mercadorias foram apreendidas **durante** a operação da Receita Federal.

9) No trecho do texto **A maior parte das apreensões ocorreu justamente nas fronteiras com países onde os preços são mais baixos**, o verbo **ocorreu** concorda com o núcleo do sujeito, que está no singular, apesar de a expressão seguinte estar no plural. Em casos como esse, o termo que introduz a ideia de quantidade ou porção de um todo é o elemento que determina a regra de concordância verbal. O nome dado a esses tipos de expressões (como: A maioria, grande parte, a maior parte, boa parte) é:

- (A) Coletivos simples.
- (B) Coletivos partitivos.
- (C) Pronomes indefinidos.
- (D) Substantivos compostos.
- (E) Expressões de tratamento.

10) As conjunções subordinativas, ao estabelecerem relação de dependência entre duas orações, exercem papel essencial na coesão sintática e na expressão de valores semânticos distintos, como causa, condição, comparação ou finalidade. Com base nas conjunções subordinativas e em seus diferentes tipos, analise as assertivas:

- I. Em **Embora estivesse exausto, o professor corrigiu todas as provas**, a conjunção **Embora** introduz oração subordinada adverbial concessiva, pois expressa um fato contrário ao expresso na oração principal.
- II. Em **Agia como um líder nato**, a conjunção **como** exerce função comparativa, estabelecendo relação de igualdade entre os comportamentos.
- III. No período **Ele trabalhou tanto que precisou repousar o resto do dia**, a conjunção **que** tem valor consecutivo, pois introduz o resultado da intensidade indicada na oração principal.
- IV. Em **Estude a matéria a fim de que compreenda os conceitos**, a expressão **a fim de que** é uma locução conjuntiva condicional, já que expressa hipótese para a realização da ação principal.

Está(ão) CORRETA(S):

- (A) Apenas I, III e IV.
- (B) Apenas I, II e III.
- (C) Apenas II e IV.
- (D) Apenas I e II.
- (E) I, II, III e IV.

LÍNGUA INGLESA

Para responder às questões de Língua Inglesa, leia o texto abaixo.

Customs Clearance Process in Brazil

The clearing process of the goods will start at the time the Import Declaration (DI) is registered via SISCOMEX. [...] In this step, SISCOMEX automatically processes the Import Declarations (DI) and defines one of the custom clearance channels: Green – Automatic custom clearance. Yellow – Examination of the documentation. Red – Examination of the documentation and physical examination of the goods. Grey – Examination of the documentation and analysis of the declared customs value. [...] The tax inspector will process to the automatic clearance, examination of documentation, physical examination and analysis of the declared customs value; depending on the defined channel. This process can take between 1 and 15 days, depending on the defined channel.

Fonte: <https://novatradebrasil.com/en/customs-clearance-process-brazil/>

11) In the context of risk management in Brazilian foreign trade, the text describes different parameterization channels used by the Federal Revenue Service for the customs clearance of goods. Which of the following alternatives presents the correct correlation between the selection channel and the corresponding inspection procedure, according to the SISCOMEX risk control mechanism?

- (A) Yellow channel: The documentation and the physical merchandise are inspected thoroughly before the customs clearance is concluded.
- (B) Red channel: The process focuses exclusively on the analysis of the declared customs value, without document verification or physical examination of the cargo.
- (C) Green channel: Authorizes automatic custom clearance, without the need for prior documentary analysis or physical inspection.
- (D) Grey channel: The procedure requires only an examination of the documentation, suggesting a standard level of scrutiny.
- (E) Red channel: Requires only physical examination of the goods, but not the documentation.

12) Analyze the final sentence of the text: **This process can take between 1 and 15 days, depending on the defined channel.** The underlined discursive marker (depending on) is crucial for understanding the process. Which option below accurately describes the logical relationship it establishes between the duration of the clearance and the channel classification?

- (A) Concession, indicating that the duration is unexpectedly long, despite the defined channel.
- (B) Addition, listing the duration and the channel as two independent, sequential elements.
- (C) Cause/Effect, asserting that the duration of 1 to 15 days is the direct cause of the channel being defined.
- (D) Purpose, suggesting that the definition of the channel is made with the objective of controlling the process time.
- (E) Condition/Dependence, establishing that the time variable is directly determined by the result of the parameterization.

13) The text details the specific inspection steps required for the Red Channel control procedure. Which alternative below accurately identifies the combination of inspection procedures required by the Red Channel, and what is the grammatical function of the word **physical** within the nominal group that describes it?

- (A) The word "physical" functions as an adverb modifying the verb examination.
- (B) The word "physical" functions as an adjective modifying the head noun examination.
- (C) The word "physical" is not present, indicating this channel is documentary only.
- (D) The word "physical" is not present, as the analysis focuses solely on commercial value.
- (E) The word "physical" is present, indicating this channel is documentary only.

14) The sentence of the text **The tax inspector will process to the automatic clearance** focuses on the agent (tax inspector). If a relative clause were inserted immediately after the subject, using the verb form from the quote **SISCOMEX automatically processes the Import Declarations**, to further specify the inspector's role, which pronoun would correctly link the main clause to the relative clause?

- (A) The tax inspector, whose main function is tax collection, will process to the automatic clearance.
- (B) The tax inspector, which is a key figure in the process, will process to the automatic clearance.

(C) The tax inspector, who performs various checks, will process to the automatic clearance.

(D) The tax inspector, what performs the final inspection, will process to the automatic clearance.

(E) The tax inspector, whom the government appoints for this task, will proceed to the automatic clearance.

15) Analyze the sequence of tenses in the opening sentence of the text: **The clearing process of the goods will start at the time the Import Declaration (DI) is registered via SISCOMEX.** The combination of the Future Simple in the main clause ("will start") and the Present Simple Passive in the time clause ("is registered") serves a precise function in this normative text. Which option correctly explains this combination of tenses?

- (A) The Future Simple expresses a distant possibility, and the Present Simple Passive indicates that the registration is ongoing.
- (B) The Future Simple denotes the main future event (the start of the process), while the Present Simple Passive is used to establish the exact time condition or trigger point when the future event will be launched.
- (C) The Future Simple indicates a certain future obligation, and the Present Simple Passive is grammatically incorrect in this type of temporal construction.
- (D) The Future Simple is used hypothetically, and the Present Simple Passive refers to an action that must be completed before the present moment.
- (E) The Future Simple indicates that the process will take place in 15 days, while the Present Simple Passive suggests a process that was recently concluded.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

16) Acerca do território aduaneiro e atuação da autoridade aduaneira, é CORRETO afirmar que:

- (A) Compreende todo o território nacional, mas a sua jurisdição não se estende às Áreas de Controle Integrado criadas em regiões limítrofes dos países integrantes do Mercosul com o Brasil.
- (B) É dividido em zona primária e zona secundária.
- (C) As áreas terrestres que compreendem os aeroportos alfandegados constituem a zona secundária.

(D) As áreas terrestres descontínuas nos portos alfandegados constituem a zona secundária.

(E) A autoridade aduaneira não poderá estabelecer, em locais e recintos alfandegados, restrições à entrada de pessoas.

17) São requisitos para efetivação do alfandegamento de portos, aeroportos e pontos de fronteira, EXCETO:

(A) O atestado de regularidade fiscal do interessado.

(B) O atendimento das condições de instalação do órgão de fiscalização aduaneira e de infraestrutura indispensável à segurança fiscal.

(C) A manifestação do interessado da condição de fiel depositário da mercadoria sob sua guarda.

(D) A disponibilização de recursos humanos e materiais.

(E) A obrigatoriedade do alfandegamento da totalidade da área dos portos e dos aeroportos.

18) O exercício da administração aduaneira compreende a fiscalização e o controle sobre o comércio exterior, essenciais à defesa dos interesses fazendários nacionais, em todo o território aduaneiro. A respeito da administração aduaneira, é CORRETO afirmar que:

(A) As atividades de fiscalização de tributos incidentes sobre as operações de comércio exterior serão supervisionadas e executadas por Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil.

(B) A fiscalização aduaneira não poderá ser ininterrupta e em horários determinados nos portos, aeroportos, pontos de fronteira e recintos alfandegados.

(C) O atendimento em dias e horas fora do expediente normal da unidade aduaneira não é considerado serviço extraordinário.

(D) O importador, o exportador ou o adquirente de mercadoria importada por sua conta e ordem têm a obrigação de manter, em boa guarda e ordem, os documentos relativos às transações que realizarem, pelo prazo prescricional estabelecido na legislação tributária a que estão submetidos.

(E) Os documentos instrutivos de declaração aduaneira ou necessários ao controle aduaneiro não podem ser emitidos, transmitidos e recepcionados eletronicamente.

19) O imposto de importação incide sobre mercadoria estrangeira. Considera-se estrangeira, para fins de

incidência do imposto, a mercadoria que retorne ao País:

(A) Enviada em consignação e não vendida no prazo autorizado.

(B) Por motivo de defeito técnico, para reparo ou para substituição.

(C) Por motivo de modificações na sistemática de importação por parte do país importador.

(D) Nacional ou nacionalizada exportada.

(E) Por motivo de guerra ou de calamidade pública.

20) O fato gerador do imposto de importação é a entrada de mercadoria estrangeira no território aduaneiro. É CORRETO afirmar que, para efeito de cálculo do imposto, considera-se ocorrido o fato gerador na data do registro da declaração de importação de:

(A) Bens contidos em remessa postal internacional não sujeitos ao regime de importação comum.

(B) Bens compreendidos no conceito de bagagem.

(C) Mercadoria submetida a despacho para consumo.

(D) Mercadoria constante de manifesto ou de outras declarações de efeito equivalente, cujo extravio tenha sido verificado pela autoridade aduaneira.

(E) Mercadoria estrangeira que não haja sido objeto de declaração de importação, na hipótese em que tenha sido consumida ou revendida, ou não seja localizada.

21) A respeito dos regimes de tributação na importação, é CORRETO afirmar que:

(A) O regime de tributação simplificada é o que permite a classificação genérica, para fins de despacho de importação, de bens integrantes de remessa postal internacional.

(B) O regime de tributação especial é o que permite o despacho de bens integrantes de bagagem mediante a exigência do imposto de importação e do imposto sobre produtos industrializados.

(C) O regime de tributação simplificada é o que permite a importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai.

(D) O regime de tributação unificado aplica-se aos bens adquiridos em lojas francas de chegada.

(E) O regime de tributação especial é o que permite para fins de despacho de importação, de bens integrantes de remessa postal internacional, a isenção do imposto sobre produtos industrializados.

22) Acerca dos contribuintes e responsáveis pelo imposto de importação, é CORRETO afirmar que:

(A) É contribuinte do imposto de importação o transportador, quando transportar mercadoria procedente do exterior ou sob controle aduaneiro.

(B) É contribuinte do imposto de importação o depositário, assim considerada qualquer pessoa incumbida da custódia de mercadoria sob controle aduaneiro.

(C) É contribuinte do imposto de importação o destinatário de remessa postal internacional indicado pelo respectivo remetente.

(D) É responsável do imposto de importação o importador, assim considerada qualquer pessoa que promova a entrada de mercadoria estrangeira no território aduaneiro.

(E) É responsável do imposto de importação o adquirente de mercadoria entrepostada.

23) A legislação aduaneira determina os responsáveis solidário pelo imposto de importação. Assinale a alternativa em que NÃO é apresentado um responsável solidário.

(A) O adquirente de mercadoria beneficiada com isenção ou redução do imposto.

(B) O representante, no País, do transportador estrangeiro.

(C) O adquirente de mercadoria de procedência estrangeira, no caso de importação realizada por sua conta e ordem, por intermédio de pessoa jurídica importadora.

(D) O encomendante, predeterminado ou não, que adquire mercadoria de procedência estrangeira de pessoa jurídica importadora.

(E) O expedidor, o operador de transporte multimodal ou qualquer subcontratado para a realização do transporte multimodal.

24) Em relação a concessão de isenções ou reduções do imposto de importação, é INCORRETO afirmar que:

(A) É concedida a importações realizadas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal, pelos Territórios, pelos Municípios e pelas respectivas autarquias.

(B) É concedida a importações realizadas pelos partidos políticos e pelas instituições de educação ou de assistência social.

(C) É concedida nos casos de bens importados sob o regime aduaneiro especial de drawback, na modalidade de isenção.

(D) É concedido nos casos de amostras e remessas postais internacionais, com valor comercial.

(E) É concedido a partes, peças e componentes, destinados ao reparo, revisão e manutenção de aeronaves e de embarcações.

25) O imposto de exportação incide sobre mercadoria nacional ou nacionalizada destinada ao exterior. Sobre o imposto de exportação, é CORRETO afirmar que:

(A) Considera-se nacionalizada a mercadoria estrangeira importada a título não definitivo.

(B) Tem como fato gerador a saída da mercadoria do território aduaneiro.

(C) Para efeito de cálculo do imposto, considera-se ocorrido o fato gerador na data de saída da mercadoria do território nacional.

(D) A base de cálculo do imposto é o preço normal que a mercadoria, ou sua similar, alcançaria, ao tempo da exportação, em uma venda em condições de livre concorrência no mercado nacional.

(E) Para atender aos objetivos da política cambial e do comércio exterior, a Câmara de Deputados poderá reduzir ou aumentar a alíquota do imposto.

26) O imposto sobre produtos industrializados incide, na importação, sobre produtos industrializados de procedência estrangeira. A respeito desse imposto, na importação, é CORRETO afirmar que:

(A) O fato gerador do imposto, na importação, é a entrada de produto de procedência estrangeira em território nacional.

(B) É contribuinte do imposto, na importação, o importador, em relação ao fato gerador decorrente da entrada de produto de procedência estrangeira em território nacional.

(C) A base de cálculo do imposto, na importação, é o valor que servir ou que serviria de base para cálculo do imposto de importação, por ocasião do despacho aduaneiro, sem acréscimos.

(D) O imposto será calculado mediante aplicação das alíquotas constantes da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados.

(E) São isentos do imposto as importações de livros, jornais e periódicos e do papel destinado a sua impressão.

27) Constitui infração toda ação ou omissão, voluntária ou involuntária, que importe inobservância, por parte de pessoa física ou jurídica, de norma estabelecida. As infrações, dentro da legislação aduaneira, estão sujeitas às seguintes penalidades, EXCETO:

- (A) Perdimento do veículo.
- (B) Perdimento da mercadoria.
- (C) Perdimento de moeda.
- (D) Multa.
- (E) Sanção penal.

28) Relativo à aplicação, responsabilização e graduação das penalidades, é CORRETO afirmar que:

- (A) Apurando-se, no mesmo processo, a prática de duas ou mais infrações diferentes, pela mesma pessoa física ou jurídica, não se aplica cumulativamente as penalidades a elas cominadas.
- (B) A denúncia espontânea da infração, mesmo que acompanhada, se for o caso, do pagamento dos tributos dos acréscimos legais, não exclui a imposição da correspondente penalidade.
- (C) Depois de formalizada a entrada do veículo procedente do exterior não mais se tem por espontânea a denúncia de infração imputável ao transportador.
- (D) Considera-se espontânea a denúncia apresentada no curso do despacho aduaneiro, até o desembarço da mercadoria.
- (E) Considera-se espontânea a denúncia apresentada após o início de qualquer outro procedimento fiscal, mediante ato de ofício, escrito, praticado por servidor competente, tendente a apurar a infração.

29) Assinale a alternativa CORRETA acerca da Pena de Perdimento de veículo.

- (A) Não é necessário a configuração de dano ao Erário para a aplicação da pena de perdimento do veículo.
- (B) Aplica-se a pena de perdimento do veículo quando o veículo transportador estiver em situação legal, quanto às normas que o habilitem a exercer a navegação ou o transporte internacional correspondente à sua espécie.
- (C) Aplica-se a pena de perdimento do veículo quando o veículo conduzir mercadoria sujeita a perdimento, mesmo que não pertencente ao responsável por infração punível com essa penalidade.
- (D) Aplica-se a pena de perdimento do veículo quando o veículo terrestre utilizado no trânsito de mercadoria

estrangeira for desviado de sua rota legal com motivo justificado.

- (E) Aplica-se a pena de perdimento do veículo quando o veículo transportador efetuar operação de descarga de mercadoria estrangeira ou de carga de mercadoria nacional ou nacionalizada, fora do porto, do aeroporto ou de outro local para isso habilitado.

30) Assinale a alternativa CORRETA acerca da Pena de Perdimento de mercadoria.

- (A) Aplica-se a pena de perdimento da mercadoria oculta, a bordo do veículo ou na zona primária, qualquer que seja o processo utilizado.
- (B) Aplica-se a pena de perdimento da mercadoria existente a bordo do veículo, com registro em manifesto, em documento de efeito equivalente ou em outras declarações.
- (C) Aplica-se a pena de perdimento da mercadoria estrangeira, em trânsito no território aduaneiro, quando o veículo terrestre que a conduzir for desviado de sua rota legal, com motivo justificado.
- (D) Aplica-se a pena de perdimento da mercadoria incluída em listas de sobressalentes e de provisões de bordo quando em acordo com as necessidades do serviço, do custeio do veículo e da manutenção de sua tripulação e de seus passageiros.
- (E) Aplica-se a pena de perdimento da mercadoria estrangeira, encontrada ao abandono, mas acompanhada de prova do pagamento dos tributos aduaneiros.

31) Assinale a alternativa INCORRETA acerca das multas na importação de mercadorias.

- (A) Enseja a aplicação de multa a importação de mercadorias sem licença de importação ou documento de efeito equivalente, quando for documento obrigatório.
- (B) Enseja a aplicação de multa a importação de bens trazidos como bagagem, quando forem objeto de comércio.
- (C) Enseja a aplicação de multa a importação de mercadorias no caso de descumprimento de condições, requisitos ou prazos estabelecidos para aplicação do regime aduaneiro especial de admissão temporária ou de admissão temporária para aperfeiçoamento ativo.

(D) Enseja a aplicação de multa a importação de mercadorias quantificada corretamente na unidade de medida estatística estabelecida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

(E) Enseja a aplicação de multa a importação de mercadorias quando o importador ou beneficiário de regime aduaneiro omitir ou prestar de forma inexata ou incompleta informação de natureza administrativo-tributária, cambial ou comercial necessária à determinação do procedimento de controle aduaneiro apropriado.

32) Os intervenientes nas operações de comércio exterior ficam sujeitos à sanção de advertência, na seguinte hipótese:

(A) Atuação em nome de pessoa que esteja cumprindo suspensão, ou no interesse desta.

(B) Descumprimento de norma de segurança fiscal em local alfandegado.

(C) Exercício, por pessoa credenciada ou habilitada, de atividade ou cargo vedados na legislação específica.

(D) Descumprimento da obrigação de apresentar à fiscalização, em boa ordem, os documentos relativos à operação que realizar ou em que intervier, bem como outros documentos exigidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

(E) Atuação em nome de pessoa cujo registro, licença, autorização, credenciamento ou habilitação tenha sido objeto de cancelamento ou cassação, ou no interesse desta.

33) Quanto ao crime de descaminho, assinale a alternativa INCORRETA.

(A) É tipificado como ato de iludir, no todo ou em parte, o pagamento de direito ou imposto devido pela entrada, pela saída ou pelo consumo de mercadoria.

(B) Incorre em pena de reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos.

(C) Incorre na mesma pena quem pratica navegação de cabotagem, fora dos casos permitidos em lei.

(D) Incorre na mesma pena quem adquire, recebe ou oculta, em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, mercadoria de procedência estrangeira, desacompanhada de documentação legal ou acompanhada de documentos que sabe serem falsos.

(E) Não há majoração pena se o crime de descaminho é praticado em transporte aéreo, marítimo ou fluvial.

34) O crime de contrabando é tipificado como o ato de importar ou exportar mercadoria proibida, e incide a pena de reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos. É INCORRETO afirmar que incorre na mesma pena quem:

(A) Pratica fato assimilado, em lei especial, a contrabando.

(B) Importa ou exporta legalmente mercadoria que independa de registro, análise ou autorização de órgão público competente.

(C) Reinsere no território nacional mercadoria brasileira destinada à exportação.

(D) Vende, expõe à venda, mantém em depósito ou, de qualquer forma, utiliza em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, mercadoria proibida pela lei brasileira.

(E) Adquire, recebe ou oculta, em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, mercadoria proibida pela lei brasileira.

35) Os crimes contra a ordem tributária podem ser praticados por particulares ou por funcionários públicos. Assinale a alternativa em que tipifica um crime contra a ordem tributária praticado por funcionários públicos.

(A) Elaborar, distribuir, fornecer, emitir ou utilizar documento que saiba ou deva saber falso ou inexato.

(B) Fraudar a fiscalização tributária, inserindo elementos inexatos, ou omitindo operação de qualquer natureza, em documento ou livro exigido pela lei fiscal.

(C) Deixar de aplicar, ou aplicar em desacordo com o estatuído, incentivo fiscal ou parcelas de imposto liberadas por órgão ou entidade de desenvolvimento.

(D) Utilizar ou divulgar programa de processamento de dados que permita ao sujeito passivo da obrigação tributária possuir informação contábil diversa daquela que é, por lei, fornecida à Fazenda Pública.

(E) Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração fazendária, valendo-se da qualidade de funcionário público.

36) Em relação a redução de multas e relevação de penalidades, é CORRETO afirmar que:

(A) O Ministro de Estado da Fazenda, em despacho fundamentado, poderá relevar penalidades relativas a infrações de que tenha resultado falta ou insuficiência de recolhimento de tributos federais.

(B) O sujeito passivo que, notificado, efetuar o pagamento, a compensação ou o parcelamento dos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, será concedida redução da multa de lançamento de ofício.

(C) A relevação de penalidade poderá ser deferida mais de uma vez para a mesma mercadoria.

(D) A rescisão do parcelamento, motivada pelo descumprimento das normas que o regulam, não implicará restabelecimento do montante da multa proporcionalmente ao valor da receita não satisfeita e que exceder o valor obtido com a garantia apresentada.

(E) A Casa Civil poderá, em ato normativo, dispor sobre relevação da pena de perdimento de bens de viajantes, mediante o pagamento dos tributos, acrescidos da multa de cem por cento do valor destes.

37) O regime aduaneiro especial de admissão temporária é o que permite a importação de bens que devam permanecer no país durante prazo fixado. A respeito desse regime, é CORRETO afirmar que:

(A) É admitido apenas a suspensão total do pagamento de tributos, não havendo a possibilidade de suspensão parcial.

(B) A autoridade competente poderá indeferir pedido de concessão do regime, em decisão fundamentada, da qual não caberá recurso.

(C) No ato da concessão, a autoridade aduaneira fixará o prazo de vigência do regime, que será contado do desembaraço aduaneiro.

(D) A concessão do regime não poderá ser condicionada à obtenção de licença de importação.

(E) Poderá ser conhecido o pedido de prorrogação apresentado após o termo final do prazo fixado para permanência dos bens no País.

38) O regime de drawback é considerado um incentivo à exportação, e pode ser aplicado em algumas modalidades. A cerca das modalidades do regime drawback, é CORRETO afirmar que:

(A) A modalidade suspensão permite a suspensão apenas do Imposto de Importação, não abrangendo demais tributos incidentes na importação.

(B) A modalidade suspensão não exigirá um termo de responsabilidade para o desembaraço aduaneiro da mercadoria a ser admitida no regime.

(C) A concessão da modalidade isenção é de competência da Secretaria Especial da Receita Federal

do Brasil.

(D) A modalidade isenção permite a isenção do Imposto de Importação e a redução a zero do Imposto sobre Produtos Industrializados, da Contribuição para o PIS/PASEP, da COFINS, da Contribuição para o PIS/PASEP-Importação e da COFINS-Importação.

(E) A modalidade restituição permite apenas a restituição total dos tributos pagos na importação da mercadoria exportada após beneficiamento.

39) O regime especial de entreposto aduaneiro na importação é o que permite a armazenagem de mercadoria estrangeira em recinto alfandegado de uso público, com suspensão do pagamento diversos tributos. A respeito desse regime especial, é CORRETO afirmar que:

(A) O regime também permite a permanência de mercadoria estrangeira em feira realizada em recinto de uso privativo, mesmo que não tenha sido previamente alfandegado.

(B) É um dos beneficiários do regime o consignatário da mercadoria entrepostada.

(C) A mercadoria poderá permanecer no regime de entreposto aduaneiro na importação pelo prazo de até um ano, que não é prorrogável.

(D) Não é permitida a admissão no regime de mercadoria importada com cobertura cambial.

(E) Ocorrendo o extravio ou avaria de mercadoria submetida ao regime, o depositário não responde pelo pagamento dos tributos suspensos.

40) A Zona Franca de Manaus é uma área de livre comércio de importação e de exportação e de incentivos fiscais especiais. A entrada de mercadorias estrangeiras na Zona Franca de Manaus, destinadas a seu consumo interno e industrialização são isentas dos impostos de importação e sobre produtos industrializados. Sobre as mercadorias, marque a assertiva que liste CORRETAMENTE uma mercadoria que goze desse benefício.

(A) Armas e munições.

(B) Fumo.

(C) Bebidas alcoólicas.

(D) Automóveis de passageiros.

(E) Aço.

41) Os Intervenientes no Comércio Exterior desempenham um papel importante no processo aduaneiro. Um dos conceitos importantes o de Declarante de Mercadoria, acerca desse sujeito assinale a alternativa INCORRETA.

(A) As pessoas jurídicas de direito privado domiciliadas no exterior podem atuar como declarantes de mercadoria.

(B) Os órgãos da administração pública direta ou autárquica, federal, estadual ou municipal podem atuar como declarantes de mercadoria.

(C) As pessoas físicas, no caso de operações de comércio exterior realizadas em nome de terceiros, podem atuar como declarantes de mercadoria.

(D) Os produtores rurais pessoa física com inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica podem atuar como declarantes de mercadoria.

(E) As missões diplomáticas ou repartições consulares de país estrangeiro podem atuar como declarantes de mercadoria.

42) Em regra, os Declarantes de Mercadoria precisam ser habilitados para atuarem no comércio exterior. Diante disso, assinale a alternativa em que obrigatoriamente o Declarante de Mercadoria precisa ser habilitado.

(A) Os produtores rurais pessoa física com inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.

(B) Quando realizarem somente operações que não se sujeitem a registro nos sistemas de comércio exterior.

(C) Quando realizarem somente operações que sejam formalizadas por meio de declaração simplificada.

(D) Os órgãos da administração pública direta.

(E) As missões diplomáticas ou repartições consulares de país estrangeiro.

43) O exercício da profissão de despachante aduaneiro somente será permitido à pessoa física inscrita no Registro de Despachantes Aduaneiros. A inscrição no registro é precedida do atendimento dos seguintes requisitos, EXCETO:

(A) Comprovação de inscrição há pelo menos dois anos no Registro de Ajudantes de Despachantes Aduaneiros.

(B) Ausência de condenação, por decisão transitada em julgado, à pena privativa de liberdade.

(C) Inexistência de pendências em relação a obrigações eleitorais e, se for o caso, militares.

(D) Maioridade civil.

(E) Formação de nível superior.

44) É atividade relacionada ao despacho aduaneiro de exercício exclusivo do Despachante Aduaneiro, não podendo ser realizada pelo Ajudante de Despachante Aduaneiro:

(A) Preparação, entrada e acompanhamento da tramitação e apresentação de documentos relativos ao despacho aduaneiro.

(B) Subscrição de documentos relativos ao despacho aduaneiro, inclusive termos de responsabilidade.

(C) Acompanhamento da verificação da mercadoria na conferência aduaneira.

(D) Recebimento de mercadorias desembaraçadas.

(E) Solicitação e acompanhamento de vistoria aduaneira.

45) É hipótese de cancelamento ou cassação do registro de Despachante Aduaneiro:

(A) Deixar de comunicar à Secretaria da Receita Federal do Brasil qualquer alteração das informações prestadas para inscrição no registro de despachante aduaneiro.

(B) Reincidência em conduta já sancionada com advertência.

(C) Realização, em nome próprio ou de terceiro, de exportação ou importação de quaisquer mercadorias, exceto para uso próprio, ou exercício, por estes, de comércio interno de mercadorias estrangeiras;

(D) Agressão ou desacato à autoridade aduaneira no exercício da função.

(E) Ação ou omissão, culposa ou dolosa, tendente a subtrair ao controle aduaneiro, ou dele ocultar, a importação ou a exportação de bens ou de mercadorias.

46) A importação de mercadoria está sujeita, na forma da legislação específica, a licenciamento, por meio do sistema SISCOMEX. São órgãos anuentes no licenciamento de importação cadastrados no sistema:

(A) Agência Nacional de Vigilância Sanitária e o Banco Central do Brasil.

(B) Ministério da Defesa e o Ministério dos Transportes.

(C) Comissão Nacional de Energia Nuclear e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama.

(D) Ministério da Agricultura e Pecuária e o Ministério de Portos e Aeroportos.

(E) Agência Nacional de Mineração e a Secretaria de Comércio Exterior.

47) A importação e a exportação de medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos e correlatos, bem como produtos de higiene, cosméticos, perfumes, saneantes domissanitários, produtos destinados à correção estética e outros de natureza e finalidade semelhantes, será permitida apenas às empresas e estabelecimentos autorizados pelo Ministério da Saúde e mediante a licenciamento. Sobre os conceitos relacionados no enunciado, consideram-se como:

(A) Medicamentos, os produtos farmacêuticos, tecnicamente obtidos ou elaborados, com finalidades profilática, curativa, paliativa, mas não para fins de diagnóstico.

(B) Insumos farmacêuticos, as drogas ou matérias-primas aditivas ou complementares de qualquer natureza, destinadas a emprego em medicamentos, quando for o caso, não abrangendo os seus recipientes.

(C) Produtos de higiene, os produtos para uso interno, antissépticos ou não, destinados ao asseio ou à desinfecção corporal.

(D) Produtos dietéticos, os produtos tecnicamente elaborados para atender às necessidades dietéticas de pessoas em condições fisiológicas especiais.

(E) Cosméticos, os produtos para uso interno, destinados à proteção ou ao embelezamento das diferentes partes do corpo.

48) Em alguns casos a legislação dispensa a licença de importação. A respeito desse assunto, marque a alternativa INCORRETA.

(A) Fica dispensada a licença de importação para a admissão de mercadoria em regime especial de entreposto aduaneiro.

(B) Fica dispensada a licença de importação para a admissão de mercadoria em regime especial de depósito afiançado.

(C) Fica dispensada a licença de importação para a admissão de mercadoria em regime especial de depósito franco.

(D) Fica dispensada a licença de importação para a admissão de mercadoria em regime especial de depósito especial.

(E) Fica dispensada a licença de importação para importações de empresa autorizada a operar em

Zonas de Processamento de Exportação (ZPE), sem exceções.

49) A licença de importação poderá ser automática ou não automática. A respeito das particularidades de cada tipo, é CORRETO afirmar que:

(A) A licença de importação não automática deverá ser obtida previamente ao embarque da mercadoria no exterior somente em casos excepcionais previstos em regulamentação específica.

(B) Cumpridas todas as exigências os pedidos de licença de importação automática serão aprovados no prazo de 30 dias.

(C) Cumpridas todas as exigências os pedidos de licença de importação não automática serão analisados no prazo de 120 dias.

(D) As licenças de importação automáticas relativas aos regimes aduaneiros especiais de drawback suspensão e isenção, bem como aos regimes atípicos de drawback, poderão ser objeto de licença substitutiva.

(E) Estão sujeitas ao licenciamento automático bens sujeitos a apuração de similaridade.

50) O regime especial de trânsito aduaneiro é o que permite o transporte de mercadoria, sob controle aduaneiro, de um ponto a outro do território aduaneiro, com suspensão do pagamento de tributo. Sobre os conceitos relativos a esse regime, é CORRETO afirmar que:

(A) O regime subsiste do local de origem ao local de destino, e desde o momento do desembarço para trânsito aduaneiro pela unidade de origem até o momento em que a unidade de destino conclui o trânsito aduaneiro.

(B) O local de origem é aquele que, sob controle aduaneiro, constitua o ponto final do itinerário de trânsito.

(C) O local de destino é aquele que, sob controle aduaneiro, constitua o ponto inicial do itinerário de trânsito.

(D) A unidade de origem é aquela que tenha jurisdição sobre o local de origem e na qual se processe a conclusão do trânsito aduaneiro.

(E) A unidade de destino é aquela que tenha jurisdição sobre o local de destino e na qual se processe o despacho para trânsito aduaneiro.

51) O regime especial de trânsito aduaneiro possui diversas modalidades. Sobre essas modalidades é INCORRETO afirmar que:

- (A) É modalidade do regime de trânsito aduaneiro o transporte de mercadoria procedente do exterior, do ponto de descarga no território aduaneiro até o ponto onde deva ocorrer outro despacho.
- (B) É modalidade do regime de trânsito aduaneiro a passagem, pelo território aduaneiro, de mercadoria procedente do exterior e a ele destinada.
- (C) É modalidade do regime de trânsito aduaneiro o transporte, pelo território aduaneiro, de mercadoria procedente do exterior, conduzida em veículo em viagem internacional até o ponto em que se verificar a descarga.
- (D) É modalidade do regime de trânsito aduaneiro o transporte de bagagem desacompanhada de viajante em trânsito.
- (E) É modalidade do regime de trânsito aduaneiro o transporte de partes, peças e componentes necessários aos serviços de manutenção e reparo de embarcações em viagem internacional.

52) A respeito da habilitação e procedimento de concessão do regime especial de trânsito aduaneiro, é CORRETO afirmar que:

- (A) A habilitação das empresas transportadoras será feita previamente ao transporte de mercadorias em regime de trânsito aduaneiro e será outorgada, em caráter definitivo, pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.
- (B) Empresas públicas e as sociedades de economia mista que explorem serviços de transporte, quando, não sendo empresas transportadoras, utilizarem veículo próprio não estão dispensadas da habilitação prévia.
- (C) A concessão e a aplicação do regime de trânsito aduaneiro serão requeridas à autoridade aduaneira competente da unidade de destino.
- (D) Havendo rota legal preestabelecida pela unidade responsável, não poderá ser aceita rota alternativa proposta por beneficiário.
- (E) Independe de despacho para trânsito a remoção de mercadorias de uma área ou recinto para outro, situado na mesma zona primária.

53) O regime especial de trânsito aduaneiro requer uma série de cautelas fiscais, conferências e procedimentos especiais para garantir a segurança e a

conformidade aduaneira. Diante disso, assinale a alternativa CORRETA a respeito desses procedimentos.

- (A) Durante a conferência para o trânsito a fiscalização não poderá determinar a abertura dos volumes ou recipientes, para a verificação das mercadorias.
- (B) Finalizada a conferência poderão ser adotadas cautelas fiscais visando a impedir a violação dos volumes, tais como a lacração e a aplicação de outros dispositivos de segurança.
- (C) Não poderá ter procedimento simplificado, a ser estabelecido pela autoridade aduaneira local, o trânsito aduaneiro que tiver os locais de origem e de destino jurisdicionados à mesma unidade.
- (D) As obrigações fiscais relativas à mercadoria, no regime de trânsito aduaneiro, serão constituídas em termo de responsabilidade firmado na data do encerramento da declaração de admissão no regime.
- (E) O transportador que não apresentar a mercadoria no local de destino e no prazo determinado ficará sujeito ao cumprimento das obrigações assumidas no termo de responsabilidade, sem os acréscimos legais.

54) A interrupção do trânsito poderá ser originada por circunstâncias alheias à vontade do transportador ou por determinação da autoridade aduaneira. São motivos de interrupção do trânsito aduaneiro, EXCETO:

- (A) A ocorrência de eventos extraordinários que comprometam ou possam comprometer a segurança do veículo ou equipamento de transporte.
- (B) A ocorrência de eventos que resultem ou possam resultar em avaria ou extravio da mercadoria.
- (C) O embargo ou impedimento oferecido por autoridade incompetente.
- (D) A ocorrência de eventos que impeçam ou possam impedir o prosseguimento do trânsito.
- (E) Em casos de denúncia, suspeita ou conveniência da fiscalização pela autoridade aduaneira.

55) Para fins de conclusão do trânsito aduaneiro, a unidade de destino procederá ao exame dos documentos e à verificação do veículo, dos dispositivos de segurança, e da integridade da carga. Sobre essa etapa do trânsito aduaneiro, é CORRETO afirmar que:

(A) No caso de chegada do veículo fora do prazo determinado, sem motivo justificado, o fato deverá ser comunicado à unidade de origem pela unidade de destino.

(B) No caso de chegada do veículo fora do prazo determinado, sem motivo justificado poderão ser adotadas cautelas especiais para com o transportador, especialmente o acompanhamento fiscal sistemático, mas com prejuízo das penalidades cabíveis.

(C) Se ocorrida violação, adulteração ou troca de dispositivos de segurança, o fato deverá ser apurado mediante procedimento policial.

(D) A Secretaria da Receita Federal do Brasil não poderá estabelecer casos em que a conclusão do trânsito aduaneiro será automática.

(E) A baixa do termo de responsabilidade, junto à unidade de destino, será efetuada mediante a conclusão do trânsito pela unidade de origem.

56) O despacho de importação é o procedimento mediante o qual é verificada a exatidão dos dados declarados pelo importador em relação à mercadoria importada, aos documentos apresentados e à legislação específica. A respeito desse procedimento, é INCORRETO afirmar que:

(A) Toda mercadoria procedente do exterior, importada a título definitivo ou não, sujeita ou não ao pagamento do imposto de importação, deverá ser submetida a despacho de importação, que será realizado com base em declaração apresentada à unidade aduaneira sob cujo controle estiver a mercadoria.

(B) O despacho de importação poderá ser efetuado em zona primária, mas não em zona secundária.

(C) O despacho de importação é iniciado na data do registro da declaração de importação.

(D) A declaração de importação é o documento base do despacho de importação.

(E) Está dispensada de despacho de importação a entrada, no País, de mala diplomática, assim considerada a que contenha tão-somente documentos diplomáticos e objetos destinados a uso oficial.

57) A conferência aduaneira na importação tem por finalidade identificar o importador, verificar a mercadoria e a correção das informações relativas à sua natureza, classificação fiscal, quantificação e valor, e confirmar o cumprimento de todas as

obrigações, fiscais e outras, exigíveis em razão da importação. A fim de determinar o tipo e a amplitude do controle a ser efetuado na conferência aduaneira, serão adotados canais de seleção, a respeito dos canais de seleção, é CORRETO afirmar que:

(A) No canal verde é dispensado a verificação da mercadoria, mas não é dispensado o exame documental para o desembaraço.

(B) No canal amarelo será realizado o exame documental, e, não sendo constatada irregularidade, o desembaraço aduaneiro será efetuado, dispensada a verificação da mercadoria.

(C) No canal laranja a mercadoria somente será desembaraçada após a realização do exame documental e da verificação da mercadoria.

(D) No canal vermelho será realizado o exame documental, a verificação da mercadoria e a apuração de elementos indiciários de fraude.

(E) O canal cinza não uma opção de canal de seleção no fluxo do despacho de importação.

58) O despacho de importação é iniciado pelo registro da declaração de importação, e somente será efetivado após a chegada da carga ao país. Contudo, a legislação prevê situações em que é possível o registro antecipado a chegada da carga. Marque a alternativa em que é NÃO é permitido o registro da declaração de importação antecipado.

(A) Mercadoria transportada a granel, cuja descarga deva se realizar diretamente para terminais de oleodutos, silos ou depósitos próprios.

(B) Mercadoria inflamável, corrosiva, radioativa ou que apresente características de periculosidade.

(C) Papel para impressão de livros, jornais e periódicos.

(D) Mercadoria transportada por via terrestre, fluvial ou lacustre.

(E) Mercadoria importada por meio aquaviário ou aéreo por importador certificado como Operador Econômico Autorizado (OEA), na modalidade OEA – Segurança.

59) O despacho aduaneiro de exportação poderá ser processado com base em Declaração Única de Exportação (DU-E), formulada, por meio do Portal Único de Comércio Exterior, no Sistema Integrado de Comércio Exterior (Portal Siscomex). A respeito da DU-E, é CORRETO afirmar que:

(A) A DU-E é um documento eletrônico que contém informações de natureza aduaneira, administrativa, comercial, financeira, tributária, fiscal e logística, que caracterizam a operação de exportação dos bens por ela amparados.

(B) A exportação por meio de operador de remessa expressa ou postal não poderá ser realizada via DU-E.

(C) A DU-E poderá ser instruída com uma ou mais notas fiscais, assim como uma nota fiscal poderá instruir uma ou mais DU-E.

(D) A retificação de informações prestadas na DU-E, ou a inclusão de outras informações, será realizada pelo declarante ou exportador, e dependerá de autorização da fiscalização aduaneira se realizada antes da apresentação da carga.

(E) Depois da apresentação da carga para despacho, a DU-E será submetida à análise de risco aduaneiro e selecionada para um dos seguintes canais de conferência aduaneira: verde, amarelo ou vermelho.

60) A base de cálculo do imposto de importação, quando a alíquota for ad valorem, é o valor aduaneiro apurado segundo as normas do Artigo VII do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio - GATT 1994. Sobre os métodos de valoração estabelecidos no acordo, é INCORRETO afirmar que:

(A) O valor da transação é o primeiro método, e somente será dispensado a sua utilização, na impossibilidade de determinar o valor correto.

(B) O segundo método é o valor de transação de mercadorias idênticas vendidas para o mesmo país.

(C) O terceiro método é o valor da transação de bens similares no mesmo contexto de importação ou exportação.

(D) O quarto método é valor de revenda ou método dedutivo, em que é considerado o preço de venda unitário no mercado, e deduzido os custos e despesas, como lucros e frete no país de destino.

(E) O quinto, e último método, é valor razoável e só deve ser utilizado na impossibilidade de uso dos anteriores.